

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO**

FRANCIRAN CUNHA MAGALHÃES

CONSTRUINDO A INCLUSÃO NAS ESCOLAS

**FORTALEZA
2007**

FRANCIRAN CUNHA MAGALHÃES

CONSTRUINDO A INCLUSÃO NAS ESCOLAS

Monografia requisitada pelo Curso de Pós-Graduação em Psicopedagogia, da Universidade Federal do Ceará (UFC) e Centro de Treinamento e Desenvolvimento do Ceará (CETREDE), como requisito parcial para obtenção do título de Psicopedagogo.

Orientadora: Prof^a. Dra. Rita de Cássia Barbosa Paiva Magalhães.

**FORTALEZA
2007**

Monografia submetida ao Curso de Pós-Graduação em Psicopedagogia, como parte dos requisitos necessários à obtenção do Título de Psicopedagogo, outorgado pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e Centro de Treinamento e Desenvolvimento do Estado do Ceará (CETREDE).

A citação de qualquer trecho desta monografia será permitida, desde que seja feita de conformidade com as normas ética científica.

Franciran Cunha Magalhães

Monografia aprovada em: ____/____/____

Conceito: _____

Profª. Dra. Rita de Cássia Barbosa Paiva Magalhães
Orientadora

Aos meus filhos, Thalita Agne e Luiz Gustavo, pelo amor, carinho e compreensão, mesmo nos momentos de ausência necessárias para a realização do Curso e deste trabalho.

A minha família, em especial ao meu esposo Tadeu, pelo incentivo e apoio durante todo o Curso.

AGRADECIMENTOS

A Deus, que com Seu imenso amor e misericórdia, deu-me força para buscar a realização de mais um objetivo em minha caminhada profissional.

A orientadora professora Rita de Cássia Barbosa Paiva Magalhães, pela sua contribuição no desenvolvimento deste trabalho.

Aos meus amigos, que de alguma forma direta ou indiretamente, contribuíram para a execução do estudo.

“Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela, tampouco a sociedade muda.”

Paulo Freire

RESUMO

Este trabalho nos mostra as idéias de autores renomados e preocupados em modificar os mitos e os percalços que tanto estigmatizam a educação inclusiva nas escolas. Busca rever o sentido principal da inclusão que é educação para todos. Analisa os conceitos, diferenças e diversidade como um imprescindível ponto de reflexão face ao novo milênio. No contexto desta pesquisa discute-se a diversidade nos planejamentos educacionais produzindo adaptações curriculares que possibilitem uma aquisição de competências. Sabe-se que a educação é possível sim, e o que não devemos esquecer é de que a diversidade é uma fonte de riqueza muito positiva para a aprendizagem e o progresso dos alunos. Conclui-se que o respeito e a valorização da diversidade dos alunos, exigem que a escola defina suas responsabilidades, criem espaços inclusivos e assim possa superar as necessidades educacionais especiais.

Palavras-chave: Inclusão; educação especial; necessidades especiais.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	8
2	CONCEITUANDO INCLUSÃO.....	10
3	POLÍTICAS EDUCACIONAIS EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA: HISTÓRIA, POLÍTICAS E LEGISLAÇÃO.....	24
4	CARACTERIZANDO AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS NA ESCOLA, ADEQUAÇÕES CURRICULARES E INCLUSÃO.....	32
5	CONCLUSÃO.....	39
6	REFERÊNCIAS.....	41

1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho foi discutir a construção da inclusão nas escolas, como uma expressão de luta para atingir os direitos civis e sociais.

Assim, é necessário entender as mudanças sobre o potencial humano. Portanto, a inclusão diz respeito a educação para todos, refere-se a uma mudança de cultura e de organização da escola para assegurar o acesso e participação de todos.

A inclusão assim, não é algo que se fala, mas algo que se vive, de uma forma contínua e concreta. É uma atitude de vida, de conquista, uma expressão de sociedade e cidadania.

Compreende-se que a partir do compartilhamento de saberes e experiências, tem-se a convicção de que é preciso persistir, aceitar desafios, e acreditar que a inclusão é algo possível.

O trabalho pretende ainda evidenciar os avanços legais, hoje existentes e que garante expressamente o direito à igualdade e o direito de todos à educação.

A inclusão dos alunos, com necessidades especiais, em classes comuns, exige que a escola regular se organize de forma a oferecer possibilidades objetivas de aprendizagem, a todos os alunos, especialmente aqueles portadores de deficiência.

Esses dispositivos legais e político-filosóficos possibilitam, estabelecer o horizonte das políticas educacionais, objetivando assegurar a igualdade de oportunidades e a valorização da diversidade, no processo educativo.

Todavia, tais dispositivos devem converter-se em um compromisso ético-político de todos, nas diferentes esferas de poder, bem como sua operacionalização na realidade escolar.

No desenvolvimento deste trabalho, pretende-se também descrever a respeito das práticas pedagógicas e adaptações curriculares não só como uma mera atividade mecânica, individualista e desvinculada da realidade escolar. A idéia é desenvolver subsídios que atendem às necessidades do educando, possibilitando que o mesmo aprenda em um espaço, onde todos possam integrar suas experiências e também suas aprendizagens dentro do seu ambiente escolar.

É nesse contexto que o currículo deve ser modificado para beneficiar o desenvolvimento pessoal e social dos alunos, objetivando modificações que podem ser de maior ou menor relevância.

2 CONCEITUANDO INCLUSÃO

Inclusão significa uma educação voltada para a cidadania, livre de preconceitos a qual se dispõe a reconhecer e a valorizar as diferenças. Isto implica em mudanças. Percebe-se que o maior obstáculo para a mudança está dentro de nós mesmos, seja nas nossas atitudes, seja nos nossos medos. Segundo Mitler (2003), a nossa tendência é de subestimar pessoas e de superestimar as dificuldades que podem enfrentar e os desapontamentos que podem experienciar se falhar. Mas isso é cair na linguagem dos “nós e dos eles”; dificilmente estas são palavras que constroem uma sociedade inclusiva ou uma escola inclusiva.

A inclusão diz respeito a cada pessoa ser capaz de ter oportunidades de escolher e de autodeterminação. Em educação isso significa dizer, independentemente de sua idade ou de rótulo.

Para Mittler (2003) o processo de inclusão é um processo de construção de uma sociedade para todos, e dentro dessa sociedade um dos direitos básicos de todo ser humano é a aspiração à qualidade de vida.

A construção de uma sociedade para todos, onde todos os cidadãos possam ver concretizada a qualidade de vida só pode acontecer no respeito as diferenças e na valorização da diversidade.

Nossa sociedade precisa portanto, de uma nova ética para atender as necessidades de todos, e só então a partir da implantação desta nova ética. Será capaz de refletir uma autêntica sociedade para todos.

Apesar de extrema urgência de inclusão, todos estão conscientes que se trata de um processo que depende de mudanças sociais, que, no entanto são lentas por natureza, e as mudanças de atitudes das pessoas,

pelo fato de deverem ser incorporados aos seus hábitos pessoais o que torna ainda mais lenta.

Para Mitller (2003) fica claro que inclusão é um processo de transformação contínuo, que deve ser consciente e que deve começar pela transformação em nós mesmos para transmitirmos aos outros, através de nossas ações concretas, éticas e conscientes. Isso significa quebrar tabus em relação à pessoa com deficiência, implica em pôr terra barreiras atitudinais.

Entende-se que a inclusão pode ser fácil na fala, na teoria, mas na realidade pode parecer algo difícil, mas não impossível. Existem pessoas em algum lugar lutando pelo respeito aos idosos, do acesso a educação, ao trabalho e ao lazer, com qualidade para todos.

Assim sendo, a inclusão pode ser considerada uma revolução que hoje ganha cada vez mais força, sendo uma revolução do contínuo transformar-se, sendo a revolução da pessoa humana.

Não é um modismo, nem uma mera teoria, é o caminhar para o sempre, é o caminhar para a busca da felicidade de todos e entre todos.

A inclusão portanto, realiza-se com a prática. Para Mittler (2003) a inclusão não diz respeito apenas a colocação das crianças nas escolas regulares, e mudar às escolas para torná-las mais responsivas às necessidades de todas as crianças. Refere-se a ajudar todos os professores a aceitarem as responsabilidades quanto à aprendizagem de todas as crianças que estão excluídas das escolas por qualquer razão. Isto se refere a todas as crianças que não estão beneficiando-se com a escolarização, e não apenas aquelas que são rotuladas com o termo “necessidades

educacionais especiais”.

A agenda da educação inclusiva refere-se a superação de barreiras, a participação que pode ser experienciada por quaisquer alunos.

A tendência ainda é pensar em políticas ou educação inclusiva dizendo respeito aos alunos com deficiência e a outros caracterizados como tendo necessidades educacionais “especiais”. Além disso, a inclusão é frequentemente vista apenas como envolvendo os movimentos dos alunos das escolas especiais para os contextos das escolas regulares, com a implicação de que eles estão “incluídos” uma vez que fazem parte daquele contexto. Em contrapartida, eu vejo, inclusão como um processo que nunca termina, pois é mais do que um simples estado de mudança, e como dependente de um desenvolvimento organizacional e pedagógico contínuo no sistema regular de ensino (AINSCOW, 1999, p. 218).

A inclusão escolar constitui uma proposta que representa valores simbólicos importantes, condizentes com a igualdade de direitos e de oportunidades educacionais para todos, mas encontra ainda sérias resistências.

Estas se manifestam principalmente contra a idéia de que todos devem ter acesso garantido a escola comum.

Segundo Mittler (2003), representando um avanço em relação ao movimento de integração escolar, que pressuponha o ajustamento da pessoa com deficiência para sua participação no processo educativo desenvolvida nas escolas comuns, a inclusão postula uma reestruturação do sistema educacional, ou seja, uma mudança estrutural no ensino regular, cujo objetivo é fazer com que a escola se torne inclusiva, com um espaço democrático e competente para trabalhar com todos os educandos, sem distinção de raça, classe, gênero ou características pessoais, baseando-se no princípio de que a diversidade deve não só ser aceita como desejada.

Nas últimas décadas, a instituição escolar vem sendo desafiada a conseguir uma forma equilibrada que resulte numa resposta educativa comum e diversificada, isto é, que seja capaz de proporcionar uma cultura comum a todos os educandos sob sua responsabilidade, mas que ao mesmo tempo respeite as suas especificidades e necessidades individuais.

A resposta à diversidade se constitui em um dos fatores mais importantes, para conseguir um ensino de qualidade, porém, ao mesmo tempo sabe-se que não é algo fácil de se alcançar.

Portanto, a educação inclusiva pode ser definida como:

A prática da inclusão de todos, independentemente de seu talento, deficiência, origem sócio econômica ou cultural, em escolas e salas de aulas provedoras, onde as necessidades desses alunos, sejam satisfeitas (STAINBACK, 1999, p. 21)

Reconhece-se que hoje não basta inserir fisicamente o educando na escola, é, portanto imprescindível que o governo adote efetivamente política inclusiva e não apenas divulgue que está promovendo a inclusão e que em decorrência disto, as escolas estão receptivas para receber a todos os educandos, sem exceção.

O processo educativo inclusivo trás sérias implicações para os docentes e para as escolas, que devem centrar-se na busca de rever concepções, estratégias de ensino, de orientação e de apoio par todos os alunos, a fim de que possam ter suas necessidades reconhecidas e atendidas, desenvolvendo ao máximo suas potencialidades.

Portanto, desenvolver um processo de educação inclusiva não é algo fácil. Não é algo que se consiga em um “passe de mágica”, requer planejamento, aceitação das diferentes maneiras de ser, de se expressar de

cada educando, assim como uma reflexão permanente sobre as práticas empreendidas nas escolas, visando a oferta de respostas adequadas às suas necessidades.

Segundo Alcudia *et al* (2002) urge uma mudança no sistema de valores e crenças existentes, na organização dos serviços, nas formas de perceber os alunos de uma maneira geral, sejam eles considerados dentro dos padrões de normalidades ou apresentem algum tipo de necessidade educacional especial, como também na forma de ensiná-los, com suas necessidades individuais. A partir do compartilhamento de saberes e experiências, tem-se a convicção de que é preciso persistir, aceitar desafios, acreditar que a inclusão é algo possível. É necessário principalmente, investir tempo, esforços e recursos para que ela deixe de ser apenas um aspecto garantido na legislação e em documentos educacionais, uma utopia ou uma mera formalidade, para ser uma realidade nas escolas regulares brasileiras, de uma forma geral.

Assim, o termo inclusão reflete o momento histórico de um processo de progressão por que passa a visão de nossa sociedade relativa à deficiência.

Conforme Alcudia *et al* (2002) a prática da inclusão reflete uma luta maior pela educação para todos que, por sua vez, faz parte do processo maior ainda de luta pelo reconhecimento da igualdade de valores e direitos entre os seres humanos. O processo da inclusão, tal como é visto na experiência escolar brasileira, não pode deixar de fugir de uma perspectiva crítica, não é só porque foi pensado apenas para uma parcela do universo dos nossos excluídos sociais, isto é, as pessoas cujas necessidades

especiais são associadas à deficiência, ficando claro que o movimento da inclusão tem maior abrangência e exigem dos poderes políticos e da sociedade organizada compromissos e responsabilidades também maiores.

Para Martins (2006), em termos educacionais essa interdependência teria implicações concretas e positivas rumo a uma verdadeira educação inclusiva com repercussões imediatas na escola que em função da inclusão escolar dos alunos, reformularia sua filosofia, faria revisão de suas práticas pedagógicas, de seu sistema de avaliação, características de aprendizagem de seus alunos, numa crescente socialização de conhecimento.

A inclusão não pode ser desvirtuada pela priorização de conteúdos escolares e de seus modos de transmissão, deixando intacta a questão dos significados para a formação do aluno, que este sim, devem ajudá-los a construir representações, concepções e compreensões do mundo.

A abordagem da educação inclusiva preconizada pela declaração de Salamanca só terá condições de tornar-se realidade mediante a adoção desta nova ética, que exige em caráter de urgência, que as escolas estejam aptas para atender todos os alunos e a oferecer-lhes as melhores condições de uma educação de qualidade, a fazer da escola o espaço de inclusão de todos os alunos, num clima de bom acolhimento e sem nenhum tipo de discriminação.

Porém, todos estão conscientes do desafio que tal tarefa nos impõe. Não bastam leis inspiradoras para determinar a inclusão; esta só acontece mediante a uma mudança radical de atitudes instauradoras de uma nova ética.

Nesse contexto, a escola inclusiva poderá desenvolver seu próprio estilo de vida, criar suas práticas de ação, partilhar o mesmo código de valores frente às diferenças e assim reunir em torno de si a construção de uma identidade própria.

Para Alcudia *et al* (2002), a escola se afirma como uma comunidade inclusiva, no verdadeiro sentido do termo: uma comunidade que fundamenta e orienta sua ação no autêntico processo inclusivo da diversidade e das diferenças, apoiando a aprendizagem, propiciando as interações suscetíveis de encorajar os menos habilitados, promovendo a reflexão, discussão e questionamento de suas práticas de ensino e utilizando práticas pedagógicas que satisfaçam as necessidades educativas de todos os alunos e que, acima de tudo estes se sintam aceitos, compreendidos e respeitados em seus diferentes estilos de aprender, conviver e ser.

A pedagogia da inclusão não é disciplina normativa e prescrita no ato pedagógico situado. A prática inclusiva é socialmente construída, eticamente comprometida, sempre inscrita num contexto atravessado por tensões e contradições, conflitos de valor, referenciais teóricos e epistemológicos, perspectivas políticas, modelo de sociedade, concepção do mundo, de educação e do próprio ser humano é, sobretudo está submetido às variações do contexto e as decisões sociais.

Para Martins (2003) nossa escola ainda não dá conta das condições necessárias às mudanças para uma educação de qualidade, aceitação, reconhecimento, valorização e respeito às diferenças. Apesar de começarem a ser sopradas pela brisa da inclusão, ainda não são abertas as diversidades, continuam sendo seletivas, elitistas e conteudistas, mais

preocupadas com as expectativas acadêmicas (acesso ao ensino superior, desenvolvimento das capacitações para o exercício de determinadas funções reclamadas pelo mercado ocupacional), do que com o processo formativo dos indivíduos.

Na escola para todos, a competitividade cede lugar à cooperação e a solidariedade, a primazia dos conteúdos cede lugar à valorização do sujeito. Só uma escola democrática aberta para todos, que abrace a diversidade e a pluralidade das diferenças, e que responda as necessidades educativas de todos os alunos tem legitimidade de afirmar-se inclusiva.

Desenvolver a capacidade de criar, buscar soluções, descobrir e decidir diante de diferentes situações de vida é o que conta para que o aluno seja capaz de ultrapassar suas dificuldades, construir os conhecimentos de forma colaborativa, organizar seus trabalhos e participar ativamente da vida escolar.

Segundo Mittler (2003), para que a escola possa dar resposta a todos os alunos é necessário mudanças, transformação de princípios e práticas, estabelecer estruturas colaborativas entre todos os membros da comunidade escolar. É possível sim, desenvolver um projeto escolar inclusivo dentro de uma visão comunitária, com uma estrutura curricular pensada e elaborada pelos membros da escola, dentro de seus contextos específicos e sujeitos. Nessa escola com certeza, os alunos terão oportunidades de decidir e participar ativamente em sua educação, integrando-o as experiências significativas da vida real, através de um processo incluso.

Para Mittler (2003), a inclusão implica que todos os professores tem o direito de esperar e de receber preparação apropriada na formação inicial em educação e desenvolvimento profissional contínuo durante sua vida profissional. Embora usemos a linguagem da diversidade, da justiça social e da igualdade de oportunidades, a sociedade em que vivemos ainda está repleta de desigualdades, as quais, por sua vez, reflete-se no sistema educacional.

Os professores devem construir e ampliar suas habilidades sobre as experiências que já possuem, com o objetivo de alcançar todas as crianças e suas necessidades de aprendizagem. Criar oportunidades para capacitação não significa necessariamente, influenciar o modo como os professores sentem-se em relação a inclusão.

Segundo Alcudia *et al* (2002), os professores precisam de oportunidades para refletir sobre as propostas de mudanças que mexem com seus valores e com suas convicções, assim como aquelas que afetam sua prática profissional cotidiana. É importante que a inclusão não seja vista apenas como uma outra inovação.

No processo de inclusão o professor deve oferecer dinâmicas didáticas pedagógicas que criem todas as oportunidades, no plano do desenvolvimento cognitivo, proporcionando condições para o aluno compreender, julgar, raciocinar, exprimir-se, informar-se, interrogar, criar, criticar. No plano do desenvolvimento afetivo e emocional o professor deve oportunizar o máximo de estimulações positivas, de interações verbais e lúdicas, transformando num despertar de curiosidade, motivação e participação.

Os educadores verdadeiramente engajados no processo de inclusão são criadores e defensores de novos valores e novas condutas que rompem com a moral tradicional instaurando a nova ética.

Quem tem por missão educar, e mais especificamente, educar no respeito à diversidade e as diferenças, não pode deixar de conhecer os conteúdos e os fundamentos capazes de assegurar aos educandos a apropriação das aprendizagens significativas para a vida dos indivíduos.

Conforme Alcudia *et al* (2002), é tempo de se compreender que cada situação nova é sempre um novo desafio para a criatividade e o crescimento profissional, sendo importante manter sempre viva uma disponibilidade interna para o enfrentamento das inovações. É tempo de fazer da diferenciação e da diversidade uma fonte de criatividade na busca de novos estilos de ensino-aprendizagem e de novas dinâmicas de interação. É tempo sobretudo, de vivenciarem os princípios éticos e se compromissarem com a construção de uma escola de todos, onde todos possam ver concretizadas a sua qualidade de vida. A valorização das diferenças supõe o enfrentamento da construção de si mesmo e a concretização do direito da integridade. O outro é sempre alguém importante, indispensável e especial. E é dessa postura de austeridade que desejamos enquanto educadores, o respeito, a justiça, a verdade e a garantia da ação educativa, compartilhada e inclusiva.

3 POLÍTICAS EDUCACIONAIS EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA: HISTÓRIA, POLÍTICAS E LEGISLAÇÃO

A política educacional é baseada em vontade política e lideranças de autoridades do governo central e está refletida em um programa de ação. Todavia, a inclusão depende do trabalho cotidiano dos professores na sala de aula e do seu sucesso em garantir que todas as crianças possam participar de cada aula e da vida da escola como um todo.

Segundo Mitller (2003), os professores por sua vez, necessitam trabalhar em escolas que sejam planejadas e administradas de acordo com linhas inclusivas e que sejam apoiadas pelos governantes, pela comunidade local, pelas autoridades educacionais, e acima de tudo pelos pais.

Assim, as escolas e o sistema educacional não funcionam de modo isolado. O objetivo da inclusão está atualmente no coração da política educacional e da política social.

Conforme Mitller (2003), a inclusão envolve um processo de reforma e de reestruturação das escolas como um todo, com o objetivo de assegurar que todos os alunos possam ter acesso a todas as gamas de oportunidades educacionais e sociais oferecidos pela escola.

Essa política foi planejada para beneficiar todos os alunos, incluindo aqueles pertencentes a minorias lingüísticas e étnicas, aqueles com

deficiência ou dificuldade de aprendizagem, aqueles que se ausentam constantemente das aulas e aqueles que estão sob risco de inclusão.

Segundo Kassar (1999) os professores merecem apoio dos seus direitos e das autoridades locais, assim como os coordenadores de necessidades especiais da escola e dos serviços externos de apoio a escola. Isso deve ser expresso com clareza no plano de desenvolvimento da escola e na política de necessidades especiais.

Conforme Mazzotta (2005), os profissionais precisam aprender a olhar além da criança e enxergar o contexto familiar no qual ela está inserida. Partindo do princípio de que a educação é a chave para uma sociedade melhor, não somente para as crianças de hoje, mas também para gerações futuras, percebe-se que inclusão é central a política governamental e que muitas iniciativas novas foram lançadas. Todavia, também devemos estar atentos as contradições e aos dilemas que surgem a partir de um sistema de ensino dividido e da natureza desigual de nossa sociedade.

Considerando que todos os professores tem o seu estilo individual é possível detectar uma ampla variação no quanto eles asseguram a participação de todos os alunos na sala de aula.

Segundo Martins (2006), nenhuma escola é uma ilha e nenhuma escola pode ter sucesso sem desenvolver redes de parcerias com sua comunidade local. Não há dúvida de uma política educacional comprometida com a inclusão no intuito de atingir mudanças significativas para responder as crianças com necessidades especiais.

Segundo Batista (1993), o campo tradicional da inclusão se reestruturou rapidamente a fim de abranger sua nova constituição e, hoje em dia, tomou conta de todo território da educação, afirmando que são necessárias mudanças estruturais e organizacionais radicais que tornem todas as crianças capazes de terem o acesso e o direito de celebrarem a ampla gama de oportunidades de aprendizagem oferecidas pelas escolas.

As percepções e as atitudes dos professores são obviamente fundamentais as suas respostas para novas políticas de inclusão, afetando o modo como as políticas reagem às respostas e como implementam a capacitação.

No Brasil, estudos têm proporcionado discussões sobre educação inclusiva apontando para uma escola que atenda as diferenças. Os avanços legais são referidos inicialmente na Constituição Federal que garante expressamente o direito a igualdade, de acordo com o artigo 205 do DIREITO DE TODOS À EDUCAÇÃO (MAZZOTTA, 2005).

Segundo Januzzi (2004) a permanência na escola e a efetiva aprendizagem de alunos considerados “diferentes” ainda constituem um desafio social de grandes proporções.

Pode-se considerar que o debate sobre inclusão alerta as escolas para o atendimento a diversidade, favorecendo cada vez mais a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no sistema escolar.

Para Ferreira e Ferreira (2001), o respeito às diferenças quando efetivado na escola inclusiva, impulsiona ações de cidadania voltadas ao reconhecimento de sujeitos de direitos. A individualidade das pessoas não deve ser elemento para construção de desigualdade, mas de oportunidades

educacionais, onde a escola deve se preocupar não somente com o apoio ao aluno, mas também com a intervenção no sistema escolar.

Segundo Ferreira e Ferreira (2001) o Brasil fez opção pela construção de um sistema educacional inclusivo ao concordar com a declaração mundial de educação para todos, firmada no Jomtier, na Tailândia, em 1990 e ao mostrar consonância com os postulados produzidos em Salamanca (Espanha, 1994), na Conferência Mundial Sobre Necessidades Educacionais Especiais: acesso e qualidade.

Desse documento, conforme Ferreira e Ferreira (2001) ressalta-se alguns trechos que criam as justificativas para as linhas de propostas que são apresentadas neste texto:

Todas as crianças, de ambos os sexos, tem direito fundamental a educação e que a ela deve ser dada a oportunidade de obter e manter nível aceitável de conhecimento. Cada criança tem características, interesses, capacidades e necessidades de aprendizagem que lhe são próprias.

Os sistemas educativos devem ser projetados e os programas aplicados de modo que tenham em vista toda gama dessas diferentes características e necessidades.

As pessoas com necessidades especiais devem ter acesso às escolas comuns que deverão integrá-las numa pedagogia centralizada na criança, capaz de atender a essas necessidades.

Adotar com força de lei ou como política, o princípio de educação integrada que permita a matrícula de todas as crianças em escolas comuns, a menos que haja razões convincentes para o contrário. (FERREIRA; FERREIRA, 2001, p. 14-15)

Para Mazzotta (2005), as políticas educacionais deverão levar em conta as diferenças individuais e as diversas situações. Deve ser levada em consideração, por exemplo, a importância da língua de sinais como meio de comunicação para os surdos, e ser assegurados a todos os surdos acesso ao ensino da língua de sinais de seus pais.

É importante que todas as crianças, sempre que possível, possam aprender juntas, independentemente de suas dificuldades e diferenças.

Para Martins (2006), é fundamental assegurar que, num contexto de mudanças sistemáticas, os programas de formação do professorado, tanto inicial como contínuo, estejam voltados para atender as necessidades educacionais nas escolas.

Para Mazzotta (2005) esses dispositivos legais e políticos, filosóficos possibilitam estabelecer o horizonte das políticas educacionais, de modo que se assegure a igualdade de oportunidades e a valorização da diversidade no processo educativo.

Tais dispositivos devem converter-se em um compromisso ético-político de todos, nas diferentes esferas de poder, em responsabilidades bem definidas para sua operacionalização na realidade escolar.

Para Ferreira e Ferreira (2001), os indivíduos com deficiências, vistos como incapazes, sempre estiveram em situação de maior desvantagem, ocupando na imaginação de todos a posição de alvo de assistência social e não de sujeitos de direitos sociais, entre os quais se inclui o direito à educação.

Além desse grupo, determinados segmentos da comunidade pertencem igualmente discriminados e à margem do sistema educacional. É o caso dos superdotados, portadores de altas habilidades, “brilhantes” e talentosos que, devido a necessidades e motivações especiais – incluindo a não aceitação da rigidez curricular e de aspectos do cotidiano escolar são tidos por muitos como trabalhosos e indisciplinados, deixando de receber os serviços especiais de que necessitem, como por exemplo, o enriquecimento

e aprofundamento curricular. Assim, esses alunos muitas vezes, abandonam o sistema educacional, inclusive por dificuldade de relacionamento (FERREIRA, FERREIRA, 2001).

Estes autores apontam ainda outro grupo que é comumente excluído do sistema educacional, composto por alunos que apresentam dificuldades de adaptação escolar por manifestações peculiares de síndromes e de quadros psicológicos, neurológicos ou psíquicos que ocasionem atraso no seu próprio desenvolvimento, dificuldades acentuadas de aprendizagem e complicações no relacionamento social.

Conforme Stainback e Stainback (1999), cada aluno vai requerer diferentes estratégias pedagógicas, que lhe possibilitem o acesso à herança cultural, ao conhecimento socialmente construído e a vida produtiva, essencial para a inclusão social e o pleno exercício da cidadania.

Entretanto, deve-se conceber essas estratégias não como medidas compensatórias e pontuais, e sim como parte de um projeto educativo e social de caráter emancipatório e global.

A forma pela qual cada aluno terá acesso ao currículo distingue-se pela singularidade. O cego, por exemplo, por meio de Sistema Braille, o surdo, por meio da língua de sinais e da língua portuguesa; o paralisado cerebral, por meio de informática, entre outras técnicas (FERREIRA; FERREIRA, 2001).

O convívio escolar permite a efetivação das relações de respeito, identidade e dignidade. Sendo assim, é coerente pensar que as regras que organizam a convivência social de forma justa, respeitosa, solidária tem grandes chances de serem seguidas.

Dessa forma, não é o aluno que se molda ou se adapta à escola, mas é ela que, consciente da sua função, coloca-se a disposição do aluno, tornando-se um espaço inclusivo (FERREIRA; FERREIRA, 2001).

Segundo Mazzotta (2005), para a realização do planejamento e melhoria consistente e contínuos da estrutura e funcionamento do sistema de ensino, implicam ações de diferentes naturezas, sejam elas no âmbito político, técnico, científico, pedagógico e administrativo.

No âmbito político, os sistemas escolares deverão assegurar a matrícula de todo e qualquer aluno, organizando para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais nas classes comuns.

Para Mazzotta (2005), isso requer ações em todas as instâncias, reservada a garantia de vagas no ensino regular para a diversidade dos alunos, independentemente das necessidades especiais que apresentem.

Conforme Ferreira e Ferreira (2001) é importante que a descentralização do poder manifestada na política de colaboração entre União, Estado, Distrito Federal e Municípios, seja efetivamente executada no país, tanto no que se refere ao debate de idéias, como no processo de tomadas de decisões acerca de como devem se estruturar os sistemas educacionais e de quais procedimentos de controle social serão desenvolvidos.

Já no âmbito técnico-científico, para Ferreira e Ferreira (2001), a formação dos professores bem como para o desenvolvimento de trabalho de equipe são essenciais para a efetivação da inclusão. Por tratar-se de competência da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de

Educação (CES/CNE), foi encaminhado para uma comissão encarregada de elaborar as diretrizes para a formação dos professores.

Vale ressaltar que o inciso III do artigo 59 da LDBEN, refere-se a dois perfis de professores para atuar com alunos que apresentam necessidades educacionais especiais.

São considerados professores capacitados para atuar em classes comuns com alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, aqueles que comprovem que, em sua formação, de nível médio ou superior, foram incluídos conteúdos ou disciplinas sobre educação especial e desenvolvidas competências para:

- I- Perceber as necessidades educacionais especiais dos alunos;
- II- Flexibilizar a ação pedagógica nas diferentes áreas de conhecimento;
- III- Avaliar continuamente a eficácia do processo-educativo;
- IV- Atuar em equipe inclusiva com professores especializados em educação especial.

São considerados professores especializados em educação especial aqueles que desenvolveram competências para identificar as necessidades educacionais especiais, definir e implementar respostas educativas a essas necessidades, apoiar o professor de classe comum, atuar nos processos de desenvolvimento e aprendizagem do aluno, desenvolvendo estratégias de flexibilização, adaptação curricular e práticas pedagógicas alternativas. (FERREIRA; FERREIRA, 2001).

Aos professores que já estão exercendo o magistério devem ser oferecidas oportunidades de formação continuada, inclusive em nível de

especialização.

Conforme Mazzotta (2005) no âmbito pedagógico deverá ser formada na própria escola, uma equipe de avaliação que conte com a participação de todos os profissionais que acompanhem o aluno. A partir dessa avaliação legitima-se a criação dos serviços de apoio pedagógico especializado para entendimento as necessidades educacionais especiais dos alunos, ocasião em que o “especial” de educação se manifesta.

No âmbito administrativo é imprescindível planejar a existência de um canal oficial e formal de comunicação de estudo, de tomada de decisões, de um processo referente as mudanças na estruturação de serviços, na gestão e na prática pedagógica para inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais.

Segundo Ferreira e Ferreira (2001), se faz necessário adaptações de escolas existentes e condicionadas a autorização de construção e funcionamento de novas escolas ao preenchimento dos requisitos de infraestrutura definidos.

Para Ferreira e Ferreira (2001), com relação ao processo educativo de alunos que apresentam comunicação diferenciada dos demais, deve ser assegurado o acesso aos conteúdos curriculares mediante a utilização do Sistema Braille, da língua de sinais e demais linguagens, proporcionando aos surdos e suas famílias a opção pela abordagem pedagógica que julgarem necessário.

É também importante que com esse processo se atinja ações de amplo alcance, tais como: a reorganização da administração técnica e

financeira dos sistemas educacionais e a melhora das condições de trabalho docente.

Conhecer a demanda de atendimento na comunidade, redefinir projetos pedagógicos, capacitar professores, utilizar o Braille e a Libras, viabilizar o apoio de profissionais especializados, prover materiais específicos, adaptar prédios escolares, tornar acessível as tecnologias de informação e comunicação; tudo isso está nas Diretrizes e deve ser buscado com vigor.

Mas, o principal, é a dinâmica de construir mudanças. Todos devem colaborar: professores, alunos, pais, direção, funcionários, pessoas da comunidade, entidades de pessoas com deficiência.

As organizações não-governamentais que atuam na Educação Especial também devem ser parceiras nesse processo, assim como as instituições de ensino superior, os profissionais de saúde, trabalho, assistência social, direitos humanos, bem como o Ministério Público.

Portanto, a escola brasileira, para ser uma escola ideal, não deve permanecer a mesma. Precisa-se trabalhar juntos pela mudança para torná-la inclusiva, democrática e de qualidade.

Assim, estaremos ajudando a construir uma nova ética de vida, e com ela um outro mundo onde não será apenas possível, mas haverá de se tornar realidade para todos.

4 CARACTERIZANDO AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS NA ESCOLA, ADEQUAÇÕES CURRICULARES E INCLUSÃO

A inclusão implica uma reforma radical nas escolas em termos de currículo, avaliação, pedagogia e formas de agrupamentos dos alunos nas atividades de sala de aula.

Para Alcudia *et al* (2002), ela é baseada em um sistema de valores que faz com que todos se sintam bem-vindos a celebrar a diversidade que tem como base o gênero a nacionalidade, a raça, a linguagem de origem, o nível de aquisição educacional ou a deficiência.

São as experiências cotidianas das crianças nas salas de aula que definem a qualidade de sua participação e a forma total de experiências de aprendizagem oferecidas em sua escola.

Da mesma maneira, são importantes as interações e as relações sociais que as crianças tem umas com as outras. Conforme Martins (2006), as formas através das quais as escolas promovem a inclusão constituem o cerne da qualidade de viver e aprender experimentado por todas as crianças.

Segundo Martins (2006), ao planejar, os professores devem estabelecer expectativas altas e criar oportunidades para todos os alunos aprenderem com sucesso, incluindo meninos e meninas, alunos com necessidades educacionais especiais, com deficiências, de todos os níveis sociais e culturais e de grupos étnicos diferentes.

Conforme Martins (2006), os professores devem também adotar ações específicas para responder as necessidades diversas de alunos através da criação de ambientes de aprendizagem afetivos, da garantia de motivação e da concentração dos alunos, promoção da igualdade de oportunidades através de uma abordagem de ensino.

É fundamental que as práticas escolares sejam um reflexo das políticas e culturas inclusivas das escolas, portanto, é necessário criar condições para que as aulas correspondam a diversidade do aluno.

Proporcionar aulas que desenvolvam a aprendizagem dos alunos de modo que os meninos aprendam colaborativamente sendo que, a avaliação encoraje as aquisições dos alunos, os professores planejem, revisem e ensinem em parceria.

Um bom planejamento curricular e apresentação do currículo em sala de aula são sinais de boa prática educacional para todas as crianças.

O currículo deve levar em consideração o contexto social onde a criança está inserida; segundo Magalhães (2003) se faz necessário olhar para a origem social, as experiências desses alunos, a marginalização e a estigmatização vivenciados por eles.

Essas considerações são importantes para mostrar que a feitura de adaptações curriculares na escola regular não garante em si mesma a inclusão, mesmo porque a escola é uma instituição social que reflete as diversas formas de conceber a deficiência. Estas concepções influenciam o modo como estruturamos as práticas curriculares no cotidiano (MAGALHÃES, 2003).

Algumas práticas, uma vez implantadas, poderão lenta e gradativamente, auxiliar na modificação das condições objetivas para a implantação de uma proposta de educação inclusiva. Essas mudanças podem recair sobre aspectos como:

- a) Quebra de barreiras arquitetônicas e atitudinais na escola;
- b) Revisão do número de alunos por sala de aula: a superlotação das salas prejudica a efetiva implantação de uma prática pedagógica que, na medida do possível, dê conta das peculiaridades de cada aluno;
- c) Serviço de supervisão ou coordenação, acompanhando o trabalho dos educadores e da escola; planejamentos efetivos contemplando todos os alunos, considerando as suas necessidades;
- d) Suporte técnico, quando necessário, para auxiliar os professores a lidar com o planejamento da prática pedagógica, visando à efetiva inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais;
- e) Participação de toda a comunidade escolar (corpo docente; discente, técnico-administrativo e pais) nas discussões sobre a diversidade na escola. (MAGALHÃES, 2003, p. 192).

Esses aspectos dizem respeito às formas através das quais a escola efetiva cotidianamente as propostas curriculares previstas oficialmente. A renovação pedagógica que desejamos para todos é notoriamente percebida na prática escolar através do currículo. Uma das alternativas, prática para a inclusão segundo Magalhães (2003), é o processo denominado adaptação curricular.

Para Gaio e Meneghetti (2000), a sustentação de um projeto escolar inclusivo implica em uma estrutura curricular idealizada e executada pelos seus professores, diretores, pais, alunos, e todos os que se interessam pela educação na comunidade em que a escola se insere.

O currículo deve ser modificado para beneficiar o desenvolvimento pessoal e social dos alunos, resultando em modificações que podem ser de maior ou menor expressividade.

Segundo Martins (2006), os níveis de adaptações curriculares almejam o âmbito do próprio pedagógico (currículo escolar) orientando ações adaptativas, visando flexibilizar o currículo na sala de aula e individualmente, de acordo com as necessidades educacionais do aluno.

Portanto, os programas, os currículos, as atividades e recursos pedagógicos serão sempre os mesmos para todos os alunos.

O que faz a diferença é do lado do aluno, a possibilidade de o aprendiz realizar as suas tarefas e atividades com a turma, sem ter de trabalhar a parte, segregado, mas fazendo uso do material pedagógico da sala de aula, livremente, de acordo com seus interesses e capacidades. (GAIO; MENEGHETTI, 2004, p. 88).

No entanto, algumas sugestões podem ser colocadas em práticas pelos professores, mas, é importante ficar claro que a inclusão não é só do professor. Muitos fatores intervêm na sua execução.

Mitller (2003), sugere uma lista de ideais que influenciam como indicativos de ação reflexão para professores:

- Receber o aluno com dificuldade. Como alguém que tem potencialidades e depende de uma prática pedagógica adequada para aprender;
- Observar seus alunos: atente para o fato de que todos tem estilo cognitivos ritmos de aprendizagem diferenciados;
- Instiguir nos planejamentos da escola discussões sobre todos os alunos com dificuldades, visando encontrar formas alternativas de atender as suas necessidades;
- Registrar as suas observações, e tentar não avaliar o que vê somente. Descreva e habitue a refletir sobre estes registros;

- Criar grupos na escola com apoio do núcleo gestor, e discutir com colegas de trabalho a aprendizagem vivenciada pelos alunos;
- Visualizar formas alternativas de trabalhar na sala de aula atividades de cooperação e troca de experiências.

Para Alcudia *et al* (2002), a diferenciação do trabalho de sala de aula dentro de um parâmetro curricular comum, ajudará a escola à responder as necessidades de aprendizagem e de todos os alunos. A diferenciação é um processo por meio do qual o planejamento e a forma como o conteúdo curricular é trabalhado na sala de aula leva em conta as diferenças individuais e combinam o modo como é ensinado aos estilos de aprendizagem e as necessidades individuais de cada aluno.

Toda ação pedagógica e toda prática tem um objetivo, por isso, devemos ter cuidado para que em nome da diversificação, não estejamos contribuindo para a desigualdade.

Para Martins (2006), dentro do projeto curricular existem as opções para a educação na diversidade a partir de seus objetivos propostos, sendo, portanto, um ponto de referência para a escola e seus professores. Dentre essas opções são abordados os conhecimentos prévios dos alunos sobre os conteúdos que se propõe trabalhar.

Uma das adaptações curriculares poderá ser a adequação, e a organização da sala para tal objetivo, isto é, preparar uma classe adaptada, de modo que facilite e ajude o trabalho coletivo entre os alunos, ou a preparação do espaço e ambiente apropriado para se desenvolver atividades específicas.

Pressupõe que o professor poderá dispor do tempo necessário para proporcionar assistência pedagógica e personalizada que o educando precisa em seu processo de aprendizagem, principalmente aqueles que tem mais dificuldades em aprender. Outro aspecto da organização é o tempo reservado as tarefas, considerando certa flexibilidade onde se respeite os diferentes ritmos de aprendizagem, desde os mais lentos até os mais rápidos.

Quanto às atividades aplicadas, pode-se diversificá-las, variar seu grau de complexidade, dividi-las em partes mais simples e pensar nas que são mais funcionais. Um outro nível que torna possível realizar as adaptações curriculares é em relação à metodologia dos professores. Essa metodologia poderá ser modificada ou diversificada, isto é, quanto maior for a diversificação de materiais, maiores são as possibilidades de atender a diversidade presente em sala de aula (ALCUDIA *et al*, 2002).

É importante trabalhar cada conteúdo partindo de seus elementos mais simples para que progressivamente se adapte nos aspectos que apresentam maior dificuldade.

Isso contribui para que uma boa parte dos alunos, possam trabalhar sobre os mesmos conteúdos e evitar que os alunos com mais dificuldades passem muito tempo do horário escolar realizando atividades a parte.

A motivação dos alunos pela aprendizagem escolar é fundamental, porque elas estão muitas associadas ao seu medo de fracassar e a sua necessidade de êxito.

Todavia, o planejamento dos conteúdos e das atividades por parte do professor deve buscar um equilíbrio entre os dois aspectos, adaptando-se a diversidade de necessidades dos alunos.

5 CONCLUSÃO

Este estudo discutiu o conceito da escola inclusiva. Entende-se que o esforço para uma educação de qualidade faz parte de uma luta maior, que visa melhorar a sua convivência, num ambiente educativo, democrático e igualitário.

Portanto, não significa simplesmente matricular todos os educandos com necessidades educacionais na classe comum, mas significa dar ao professor e a escola o suporte necessário a sua ação pedagógica.

Favorecer um ambiente rico em estímulos, onde os alunos possam conhecer, viver novas experiências, expressando seus pensamentos, sentimentos e emoções, propiciarão o seu desenvolvimento de integração, participação, responsabilidade, criatividade e convivência e assim então, crescer na sua autoconfiança e autonomia, com a capacidade de enfrentar os desafios do mundo.

É nesse contexto de idéias que a escola inclusiva se propõe em identificar a melhor forma de atender às necessidades educacionais de seus alunos em seu processo de aprender.

O presente trabalho evidenciou, ainda, uma política educacional voltada para a diversidade com acesso a qualidade e com o princípio de que educação é um direito de todos, onde todas as crianças independentemente de suas dificuldades e diferenças tenham um acompanhamento com sucesso.

Como ficou demonstrado neste trabalho, entende-se que a inclusão acontece na prática, na sala de aula, portanto, as adaptações

curriculares são de salutar relevância, pois reforça de forma significativa novo jeito do professor planejar e ensinar, aprender e avaliar na escola.

É preciso salientar que o currículo é um processo constante de revisão e adequação, e que os recursos educativos e as práticas pedagógicas favorecem e facilitam o desenvolvimento dos educandos.

Porém, vale ressaltar que para por essas adaptações curriculares depende de cada um de nós, da nossa concepção, comprometimento e quebra de preconceito, quando se trata da diferença e da deficiência.

Conclui-se então que de acordo com o trabalho desenvolvido, a educação inclusiva depende da transformação da sociedade exclusiva em sociedade democrática, com igualdade e oportunidades para todos.

6 REFERÊNCIAS

ALCUDIA, Rosa et al. **Atenção à diversidade**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

BATISTA, Rafael (org.). **Necessidades educativas especiais**. Lisboa: Denalivros, 1993.

FERREIRA, Júlio Romero; FERREIRA, Maria Cecília. **Sugestões para o documento sobre diretrizes para a educação especial na educação básica**. UNIMEP, 2001 (análise).

GAIO, Roberta; MENEGETTI, Rosa G. Krob. (org.). **Caminhos pedagógicos da educação especial**. Petrópolis: Vozes, 2004.

JANUZZI, Gilberto. **A educação do deficiente no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2004.

KASSAR, Mônica. **Educação especial e deficiência múltipla no Brasil**. Campinas/SP: Autores Associados, 1999.

MAGALHÃES, Rita de Cássia Barbosa. (org.). **Reflexões sobre a diferença: uma introdução a educação especial**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2003.

MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos (org.). **Inclusão: compartilhando saberes**. Petrópolis: Vozes, 2006.

MAZZOTTA, Marcos J. S. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MITTLER, Peter. **Educação inclusiva**. Contextos sociais. Porto Alegre: Artmed, 2003.

OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de. **Saberes imaginários e representações na educação especial: a problemática, ética da diferença e da exclusão social**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

STAINBACK, Susan; STAINBACK, Willian. (org.). **Inclusão: um guia para educadores**. Porto Alegre: Artmed, 1999.